

Coordenação de  
SARA MARQUES PEREIRA E FRANCISCO LOURENÇO VAZ

UNIVERSIDADE  
DE  
ÉVORA  
(1559-2009)

450 Anos de  
Modernidade Educativa

*Chiado Editora*

Um livro vai para além de um objecto. É um encontro entre duas pessoas através da palavra escrita. É esse encontro entre autores e leitores que a Chiado Editora procura todos os dias, trabalhando cada livro com a dedicação de uma obra única e derradeira, seguindo a máxima pessoana "põe tudo quanto és no mínimo que fazes". Queremos que este livro seja um desafio para si. O nosso desafio é merecer que este livro faça parte da sua vida.

chiadoeditora.com

© 2012, Sara Marques Pereira, Francisco Lourenço Vaz e Chiado Editora  
E-mail: info@chiadoeditora.com

Título: Universidade de Évora (1559-2009) – 450 anos de Modernidade Educativa  
Coordenação editorial: Martina Ricci

Composição gráfica: Vítor Duarte – Departamento Gráfico

Capa: Vítor Duarte – Departamento Gráfico

Fotografia da capa: Susana Rodrigues.

"Experiência dos Hemisférios de Magdeburgo" (1654). Paineis de azulejos, sec. XVIII na 'Sala da Física' (120) do Colégio do Espírito Santo – Universidade de Évora

Impressão e acabamento: BREAK PRINT

1.ª edição: Outubro, 2012

ISBN: 978-989-697-651-4

Depósito Legal n.º 343550/12

## CAPÍTULO V

### CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA AXIOLOGIA PEDAGÓGICA PATRICIANA: DA AXIOLOGIA EDUCACIONAL À ESCOLA CULTURAL

Artur Manso  
Custódia Martins  
José Carlos Casulo  
José M. Afonso  
(Universidade do Minho – IEP/CIED)

**Palavras chave:** Educação – Valores – Escola – Cultura

1. Manuel Ferreira Patrício é um dos pedagogos portugueses mais eminentes que o último quartel do século XX conheceu. Não só pela sua intensa acção sócio-educativa, mas sobretudo pelas suas propostas para uma educação verdadeiramente pluridimensional que acreditava, como nós acreditamos, ser a solução mais viável no sentido de promover a plena igualdade de oportunidades que a escola diz querer garantir a todos aqueles que a frequentam.

A escola pluridimensional é de todos e para todos, recusando-se por isso a servir a mera reprodução de um saber aceite pelos herdeiros das camadas sociais mais privilegiadas.

O seu modelo de educação a que chamou *antropagógico* aparece ancorado numa axiologia fundamental que percorre de igual maneira o espaço da vida ética, da vida estética e da vida religiosa. Abrange, assim, os três campos valorativos da acção humana: o campo da organização pública e privada, o campo da valoração estética e o campo da vivência religiosa, aos quais todos os sistemas abstractos da ciência e da lógica se tentam impor com o argumento de que só o objectivável, o mensurável, deve ocupar os indivíduos num plano comum de convivencialidade. Ferreira Patrício, tal como muitos outros, percebeu que aquilo que se quer como essencial, a ciência e a lógica, não se preocupam com a verdadeira essência do homem, a saber, o conviver e o querer, o gostar e rejeitar, a transcendência e a imanência: enfim, o sentido último da existência humana.

A ideia de escola e educação de Ferreira Patrício é mesma da Escola da Renascença Portuguesa e do filão da filosofia nacional que esse movimento tentou alimentar. Em termos pedagógicos o seu modelo, pese embora o passar dos tempos, assenta naquilo que foi o ministério a que se dedicou a designada primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, criada por Leonardo Coimbra em 1919 e mandada encerrar em 1928. Para Leonardo era essencial que o Homem tomasse plena consciência de si – quer do ponto de vista individual quer do ponto de vista cósmico. Propunha-se este mestre luso “dar o homem ao homem” de modo a modelar a existência efêmera de forma inovadora recuperando o sentir nacional, pois, quando em todas as partes o cientismo passava a ser a bíblia dos novos tempos, nesse escola, tinha-se regressado à cultura clássica, para, a partir dela, construir as bases de uma educação verdadeiramente portuguesa e, por extensão, universal.

Esse inquestionável legado torna-se bem evidente quando decide, no seu plano de doutoramento, estudar a pedagogia de Leonardo Coimbra, obra central na evolução do seu pensamento, editada no ano de 1992 com o título *A pedagogia de Leonardo Coimbra. Teoria e prática*.

Patrício, tal como os renascentes, pugna por uma educação integral que só se pode constituir, se se quiser dirigir ao homem todo e a todo o homem, numa base eminentemente filosófica. De outra maneira, qualquer que seja o sistema educativo, responderá à eficácia e à utilidade do conhecimento, porventura levará a um progresso material considerado, mas relativizará a dimensão humana da vida e mais tarde ou mais cedo, tornará as sociedades materialmente prósperas, mas totalmente despojadas do espírito. Este será o grande perigo que os tempos a vir nos anunciam: até que ponto a sociedade dos homens quererá ser comandada como se de uma comunidade de robôs se tratasse? Homens “sem alma nem coração”, sem sentir nem querer, ou melhor, que sentindo e querendo, só podem manifestar aquilo em que acreditam se estiver de acordo com a norma feita a partir da opinião dominante.

A cultura clássica servia aos renascentes para avivar a memória dos homens e apelar à individualidade de cada um e ao real valor que em si encerra. Agostinho da Silva, um dos alunos mais brilhantes dessa escola do Porto, tal como outros, desenvolveu, na linha de Leonardo, os pilares dessa sociedade que recuperasse a tradição e os ensinamentos gregos. Ainda na sua juventude intelectual escreve o belo ensaio designado *A religião grega* onde nos diz que “Da cosmogonia helénica [...] três ideias se destacam, basilares na formação intelectual do grego: a ideia do esforço como instrumento para atingir a perfeição, a ideia do amor universal, a ideia de ordem...” (Silva, 2002: 120) e este desiderato “...só pela união de todos, e sem que ela anule o individualismo característico da sua personalidade, o grego poderia desenvolver plenamente todas as qualidades do seu espírito. Na missão sagrada de procurar o caminho da perfeição os outros homens deviam ser os seus companheiros e colaboradores” (ib.: 134).

Os gregos terão falhado no seu projecto, porque, como se sabe, dirigiam-se a todos os homens, mas não os consideravam de igual maneira. Só os homens livres e desocupados, uma imensa minoria, é que estavam em condições de cumprir os requisitos que lhe eram propostos. Ou seja, tinham um projecto de educação que nem era democrático nem era livre. Daí provavelmente a sua falência. Os renascentes portugueses quiseram ver mais além e mostrar ao mundo, numa fase de franco desenvolvimento científico e tecnológico, que, a bem da harmonia social, era preciso universalizar as bases educativas que os gregos tão bem tinham definido.

Como sabemos os renascentes não viram as suas propostas verdadeiramente valorizadas. Pelo contrário, não raras foram as ocasiões que esses princípios foram atacados e denegridos ao serem apresentados como abstractos e teóricos, completamente opostos aos anseios de uma comunidade que espera progredir pela via material e por isso, disposta a sacrificar o entendimento de si mesmo e da sua relação com os outros.

2. Manuel Ferreira Patrício desde 1987 vem encabeçando o delineamento estrutural de uma escola de paradigma cultural que privilegie em simultâneo as três dimensões pedagógicas: a dimensão lectiva ou curricular estrita, a dimensão extralectiva e a dimensão interactiva. O projecto da Escola Cultural surgiu em resposta à Comissão de Reforma do sistema educativo (CRSE) nomeada em 1986. Em 1988 foi entregue proposta de execução A1 que se propunha alargar, aperfeiçoar e aprofundar a experiência da Escola Pluridimensional lançada pela CRSE em 1987/88 sob a designação de Escola Cultural. Esta tarefa viria a dar origem à Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural – AEPEC – constituída a 24-3-1990 e que, pese embora as suas ideias pouco tenham influenciado as políticas educativas oficiais, formou um amplo movimento em todo o país cujo contributo para a reforma essencial do sistema educativo tem sido constante. Vejam-se os congressos e reuniões científicas, o décimo decorreu no ano de 2009, que tem organizado, mobilizando uma grande participação de educadores, teóricos e práticos, de todos os níveis de ensino... (cf. <http://www.aepec.org>).

Esta proposta de educação e ensino não é indistinta do próprio percurso pessoal e profissional de Manuel Ferreira Patrício que se distinguiu como professor universitário e pedagogo, com grande empenhamento político.

Alentejano de nascimento (Montargil, 1938), com uma primeira formação na Escola do Magistério Primário de Évora, Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa, com formação complementar em Ciências Pedagógicas (1965), enquanto exercia o magistério primário na Escola Primária nº 142 de Lisboa. A seguir à obtenção da licenciatura foi professor de Filosofia no Liceu Nacional de Évora, director da Escola Secundária do Redondo e em 1975 passou a leccionar a cadeira de Pedagogia na Escola do Magistério Primário, para em 1976 passar a Assistente Convidado da Universidade de Évora, onde leccionou Teoria da Educação, História da Pedagogia e da Educação, Axiologia Educacional, entre outras.

Doutorado em Ciências da Educação, na especialidade de Filosofia da Educação cuja tese foi orientada, até à sua morte, pelo ilustre professor e reconhecido humanista, Pe Manuel Antunes (1918-1985).

Foi membro da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1986-88), Presidente do Instituto de Inovação Educacional (1987-89), coordenador nacional do projecto *Escola Cultural* do Ministério da Educação, Director do Departamento do Ensino Superior do Ministério da Educação (1993-1996) e membro do Conselho Nacional de Educação (1992-96). Fundou, ainda, a Sociedade de Estudos e Investigações Antropagógicas (SEIA) (1990). Do apuramento do seu gosto musical tornou-se Maestro, tendo dirigido vários coros e fundado o Coro da Universidade de Évora.

Após este breve excursus, facilmente se compreende que uma personalidade de inteligência rara e formação eclética, se arvore em crítico de um sistema escolar que, ao longo dos anos se tem fixado numa teoria desgarrada da realidade e num cientismo e positivismo que é extremamente limitador de uma sólida cultura e de uma vasta aprendizagem do ser humano. O sistema educativo de uma maneira geral apenas se tem preocupado com o aspecto cognitivo do ser humano, esquecendo propositadamente todas as outras componentes essenciais dos indivíduos, nomeadamente a componente estética. A Escola Cultural assente num conhecimento profundo do que é o Homem e de quais as suas verdadeiras ambições, instituiu-se como resposta a este modelo clássico de escola.

Em M. F. Patrício, o universalismo grego, incontornável do contacto com o estudo dos mestres que leccionaram e aprenderam na Primeira Faculdade de Letras do Porto, é complementado com o personalismo humanista que aperfeiçoou com o seu mestre Manuel Antunes, aprendendo, agora, a valorizar a matriz judaico-cristã da cultura ocidental. Em seu entender, então, a escola não pode ser o palco de reprodução do cientismo positivista, no qual o homem aparece como uma engrenagem do sistema de produção e consumo, mas tem de se assumir como verdadeiramente cultural, preocupando-se exclusivamente com a inserção do indivíduo em todas as realizações da humanidade e na procura de sentido para a sua própria existência. A escola tem de incluir tudo aquilo que interessa ao homem: a ciência e a arte, a técnica e a filosofia, o mito e a religião, a criação e a fruição... se nos currículos oficiais não couberam estas práticas, a escola tem a obrigação de as organizar de forma extra-curricular.

A escola deve ser o espaço de formação da humanidade pela preservação e acrescento da cultura. Para Patrício, como para os renascentes portugueses, o espaço escolar deve ser diversificado mas não obrigatório, só pela liberdade de acção e escolha dentro do sistema escolar é que cada indivíduo pode fazer as opções certas e contribuir com a sua criatividade e originalidade para um mundo mais harmónico. A Escola Cultural é virada para a aprendizagem e não para o ensino, para a criatividade e não para a reprodução, para a liberdade e não para a submissão... é afinal uma escola que serve os verdadeiros interesses das pessoas e não apenas a eficácia dos indivíduos.

3. A Escola Cultural deve ter as suas raízes numa axiologia educacional, tal como Manuel Patrício deixou bem evidente nos derradeiros capítulos das suas *Lições de axiologia educacional* (1993). Estas lições são uma obra única no panorama educacional português. Reflectem, é certo, a grande bagagem intelectual do seu autor, mas não se ficam por aí, tal como fica realçado nos trabalhos que outros colegas dedicaram ao seu conteúdo.

A filosofia dos valores não é, não foi, nem nunca será um saber inequívoco: tem e continuará a ter vários enfoques tal como Patrício nos mostra. Mas no início, no meio e no fim das suas preocupações estará sempre o homem. O homem que ocupa um espaço concreto e que por isso se apresenta como um produto da civilização e da cultura. Ou seja, apesar de na sua essência o Homem ser sempre o mesmo, a sua resposta àquilo que o rodeia é profundamente influenciada pelo local onde vive e a respectiva cultura/educação que o moldou.

É por isso que Patrício tem a preocupação de se definir enquanto português e teorizar a partir daquela que considera ser a essência do homem português:

“Uma antropologia para portugueses tem, portanto, de acabar por ser – porque tem de começar por ser – uma antropologia portuguesa. Começa por sê-lo, porque a interrogação radical sobre o ser do homem é feita por portugueses. Acaba por sê-lo, porque a radicalidade da interrogação já envolve a radicalidade da resposta” (Patrício, 1993: 223).

E logo a seguir acrescenta: “...a uma antropologia situada só pode corresponder e só pode seguir-se uma antropologia situada” (ib.: 223), uma vez que a educação é sempre a de um homem que se situa num dado tempo e num determinado lugar:

“Antropologia situada, axiologia situada, axiologia educacional situada e antropologia situada são os quatro vértices do quadrilátero constituinte da educação concreta do homem concreto. O homem universal não existe fora dele; mora dentro dele, é a sua própria substância individualmente plasmada” (ib.: 224).

Desta forma, Patrício segue a meditação suscitada por Teixeira de Pascoaes que neste ponto cogita a *Arte de ser português* (1915), e dos discípulos de Leonardo Coimbra, no que aqui interessa José Marinho e a sua *antropologia situada* (1966). Com estes e outros autores significativos no panorama filosófico-educacional português Patrício vai caminhando no sentido de construir os alicerces filosóficos de uma educação eminentemente cultural e pluridimensional, tal como se encontra plasmada nas bases da AEPEC, estabelecendo os “...seguintes horizontes axiológico-educacionais: a) familiar; b) local/regional; c) o nacional/pátrio; d) o europeu/ocidental; e) o humano” (Patrício, 1993: 227). Desta forma, Patrício alarga o seu pensamento educacional pela meditação da obra do seu mestre e eminente pedagogo Manuel Antunes (cf. Antunes, 2005a e 2005b).

É o homem situado na realidade portuguesa que verdadeiramente interessa a Patrício:

“...precisamos urgentemente, para implantar sobre alicerces sólidos o edifício da educação portuguesa, de uma ontologia de Portugal [...]. Sobre essa ontologia é que poderemos estabelecer a nossa axiologia. Sobre esta axiologia é que poderemos delinear uma antropagogia lididamente portuguesa e realizar uma educação que seja realmente a que as nossas entranhas espirituais exigem” (Patrício, 1993: 227).

Tal desiderato parece a Patrício que só se poderá obter se se mudar o paradigma da escola e a orientação da educação. A educação positivista e tecnológica não responde de maneira nenhuma às exigências personalistas: “A educação naturalista deve ser ordenada para a educação cultural e por ela subsumida” (Patrício, 1993: 237) uma vez que como temos vindo a constatar com a evolução da humanidade “A educação deve, pois, ser culturalista e não naturalista. O mesmo é dizer: deve ser axiológica e não unicamente constatativa” (ib.: 239). A base axiológica da Escola Cultural reverte, naturalmente, para uma pedagogia eminentemente filosófica: “...toda a autêntica filosofia contém uma pedagogia – melhor dito, uma antropagogia [...] teoria do homem, culminante numa teoria da sua formação e aperfeiçoamento” (ib.: 287).

A pedagogia cultural dos valores opõe-se com todas as forças à orientação científico-natural, ao mecanicismo do mundo moderno. Para Patrício como para todos os defensores da Escola Cultural, as ciências naturais devem subordinar-se às ciências culturais e históricas, pois só no seu seio é que o educando é concebido como um todo, na esteira de uma orientação personalista que considera a Pessoa como una e indivisível. O acto educativo não pode deixar nada de fora, tudo lhe deve interessar, pois o seu fim último é contribuir para a unidade da humanidade. Nesta linha de pensamento, a cultura é a síntese daquilo que o homem foi, é e será. É simultaneamente retrospectiva e prospectiva. Intranca-se no nosso passado e projecta-se no nosso futuro. Ora, como facilmente se compreende o que é do campo da ciência e do factual apenas corresponde a uma parte da cultura, de nenhuma maneira se pode confundir com a cultura toda.

Na sua demanda para o estabelecimento de uma escola verdadeiramente pluridimensional, Patrício lembra que “Típica, em geral da pedagogia dos valores é a posição de que o estado não deve dominar totalitariamente a educação. No fundo, a pedagogia dos valores [...] confere à pessoa uma posição ontológica, axiológica e funcional muito elevada” (ib.: 290).

Desta forma, a Escola Cultural não se coaduna com qualquer posição dominante do Estado, pois, como se sabe, todos os Estados se baseiam em determinadas ideologias que ao serem impostas à maioria, menosprezam as outras formas de ser e estar que não sirvam os seus propósitos, votando-as a um conveniente esquecimento. A pluralidade e polivalência em que a Escola Cultural quer assentar o seu funcionamento não é compatível com um Es-

tado que chame a si todas as responsabilidades pela educação, orientando-a naturalmente, apenas e só naqueles que são os princípios em que baseia a sua política.

A educação enquanto fonte de preservação, acrescento e difusão da cultura é um campo demasiado vasto para estar apenas sob a tutela do Estado, uma vez que

“A educação envolve [...] as pessoas e as comunidades humanas na obra de preservação e criação da obra do espírito [...] sob o governo superior do princípio do bem, que é o governador do reino da ética. A educação é, pois, facto e processo cultural: facto, enquanto riqueza cultural apropriada; processo, enquanto acção interminável de criação e respectiva apropriação de nova riqueza espiritual” (ib.: 293).

4. É no capítulo IX das suas lições de axiologia que Patrício, enfatizando a pluridimensionalidade da própria cultura, deixa delineada a organização pedagógica da escola axiológica, que como acabamos de ver, corresponde à Escola Cultural e Pluridimensional.

A pluridimensionalidade não é apenas a da dimensão humana e da cultura; é também a das metodologias educativas e do ensino, do currículo e dos recursos educativos; dos educadores e professores e da organização pedagógica da escola. O homem enquanto Todo pensa e sente; deseja, quer e age e por isso a educação tem de ser pluridimensional para não deixar nenhuma destas faculdades de fora: “O homem representa o real, sente o real afectivamente e age sobre o real. Fá-lo sempre axiologicamente, ou seja, dá valor ao que representa, ao que sente e ao que faz” (ib.: 302).

À pluralidade e complexidade do ser humano, a escola tem o dever de responder com a maior diversidade possível de metodologias. A educação e instrução meramente curricular não responde aos anseios da pessoa humana porque não se preocupa com os seus desejos mais íntimos. O homem é movido pela curiosidade, mas a organização escolar, tal como se veio a estabelecer, apenas se preocupa com o conhecimento positivo e utilitário. Ensina a fazer para ter, não se preocupa com o Ser.

Tal qual como se desenvolveu, a escola curricular, reduzida ao elenco das disciplinas e a um pequeno número de recursos educativos (apenas considerando aqueles que servem os conteúdos positivistas e científicos) não corresponde aos reais anseios do homem, o que se reflecte num acentuado abandono escolar. Ao contrário, a educação pluridimensional concebe o currículo como “...o programa educativo na sua integralidade: é o conjunto de experiências de aprendizagem e construção pessoal que o educando (cada educando) deve realizar” (ib.: 302-303).

A organização pluridimensional da escola exige, também, um professor pluridimensional que Patrício concebe como aquele que é capaz “...de mobilizar para a acção educativa que realiza, não apenas os saberes exigidos pelo currículo estrito, mas todos os saberes que

o constituem a si próprio como um ser cultural único” (ib.: 304). Numa abordagem personalista a complexidade do aluno encontra-se com a pluralidade do professor e esta envolvimento torna o acto educativo pleno de significado na medida em que ambas as personalidades, nessa comunhão, dão um novo significado ao todo da humanidade.

A escola pluridimensional também se opõe à unidimensionalidade da escola curricular, que constrange o aluno quando o submete a partir de fora, aos conteúdos restritos, aos métodos e meios de ensino e aprendizagem que lhes são estranhos. E é este aspecto que a Escola Cultural quer contrariar ao introduzir o aluno como o fator da sua própria liberdade de aprender e estruturar o conhecimento que mais lhe importa. A liberdade plena que Patrício teve ocasião de meditar quando estudou Leonardo Coimbra, que se expandiu na experiência impar da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, bem como no pensamento e na acção daqueles que nessa escola souberam cultivar o valor absoluto da liberdade: “A escola cultural, introduz na Escola a dimensão da liberdade, centrando o processo educativo na estrutura vocacional dos educandos e dos educadores, dando sentido real ao princípio da liberdade de aprender e ensinar” (ib.: 304). Para vivenciar esta experiência pedagógica de organização livre das aprendizagens, as escolas deveriam assentar a sua disposição numa diversidade de clubes escolares, cuja frequência seria inteiramente livre por parte dos alunos. É a pessoa concreta, cada indivíduo, e não a massa ou a ideia de uma pessoa colectiva que está no centro da escola pluridimensional ou axiológica. Os indivíduos devem ser inteiramente responsáveis pelo exercício da sua liberdade, a qual, naturalmente, a escola deverá satisfazer:

“...uma educação que queira respeitar a estrutura íntima, profunda e completa do homem tem de se ordenar para a promoção do quadro integral dos valores que se dão ao homem [...] [que integram] as seguintes ordens axiológicas: a dos valores vitais; a dos valores práticos; a dos valores hedonísticos; a dos valores estéticos; a dos valores lógicos; a dos valores éticos; a dos valores religiosos” (ib.: 306).

Ora, atendendo a que a cultura resulta da hierarquização que o homem vai fazendo dos valores e que um dos aspectos mais importantes que reveste a escola é a promoção da cultura, então a pessoa, que percorre toda a linha da produção e difusão da cultura deve ser entendida como o fim último da escola que melhor serve os interesses da humanidade: “O sentido profundo da função cultural é, deste modo, de *humanização personalizadora*: personalizar o homem; humanizar a pessoa, personalizar a humanidade” (ib.: 307).

5. No sentido de introduzir no sistema escolar oficial o modelo da Escola Cultural e pluridimensional Patrício apresentou, no ano de 1988, no âmbito da *Proposta Global de Reforma* da Comissão de Reforma do Sistema Educativo designadas “Bases para a orga-

nização institucional da Escola Pluridimensional” (cf. *ib.*: 308-315), que suportam de um modo objectivo e racional, a organização da Escola Pluridimensional, referindo, ainda, que o modelo já tinha sido testado em três anos lectivos, orientado e apoiado pelo Instituto de Inovação Educacional a que presidia, experiência esta que o levou a concluir: “Foi a realidade pedagógica viva que mostrou, sem que a esse respeito possa haver dúvidas sérias, que a Escola cultural é, no seu âmago, a Escola Axiológica” (*ib.*: 315).

A AEPC – Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural, que existe desde Março de 1990 “é o órgão associativo do Movimento da Escola Cultural, de grande repercussão nacional e mesmo já europeia e internacional; afirma-se como uma associação de natureza pedagógica e cultural sem fins lucrativos, cujo objecto é o desenvolvimento de actividades culturais e educativas”. Os defensores deste projecto defendem que escola e cultura é uma e a mesma coisa e para que assim seja é necessário que a escola actual assuma em simultâneo, a vertente curricular, a extracurricular e a da interacção entre as duas (que se plasma, nos projectos, festas, etc).

Deve por isso assumir-se como personalista e assentar na criatividade e liberdade plena de aprender. O educando é o seu centro e a sua única preocupação. É uma escola intercultural que considera todas as dimensões da cultura e do desenvolvimento dos povos, de todas as culturas e dos diversos povos, opondo-se, pelo exercício da tolerância, à hegemonia e ao totalitarismo.

Patrício propõe como bases filosófico-pedagógicas da Escola Cultural as seguintes:

“1. Uma teoria da pessoa – o sujeito da educação é sempre uma pessoa e deve ser encarado, seja qual for a situação em que se encontre, enquanto tal; 2. Uma teoria da educação – o acto educativo é um acto cultural pois a cultura plasma, de uma maneira ou de outra, a realidade humana; 3. Uma teoria da escola – considerando esta como o local de eleição do processo educativo; 4. Uma teoria da comunidade – privilegiando por isso o investimento social e político na totalidade da comunidade educativa (infraestruturas, professores, encarregados de educação...); 5. Uma teoria da vida – considerando que esta não pode prescindir do todo societal do qual é a razão de ser” (cf. <http://www.aepec.org>).

A cultura é um aglomerado de situações e acontecimentos com um efeito cumulativo nas gerações que se vão sucedendo. A cultura é uma criação humana. Seria impensável haver uma cultura desarraigada de pessoas e tradições. A escola unidimensional apenas escolhe da cultura aquilo que lhe dá mais “jeito” ser transmitido. Faz da escola e do sistema educativo um veículo privilegiado da transmissão e difusão do pensamento dominante. A escola, aliás, tornou-se universal e obrigatória (até idades cada vez mais adiantadas) pela mão do Estado. O Estado, cada Estado, decide unidimensionalmente o que deve ser ensinado e aquilo que não deve ser. Apropria-se da parte que mais convém à sua ideologia para determinar aquilo que se deve entender como cultura. Preocupa-se fundamentalmente como a dimensão lectiva (ensinar

a ler, escrever e contar) e trata todos os indivíduos da mesma maneira, permitindo-lhes pequenos rasgos de liberdade e reduzidas possibilidades de escolha do que mais lhes interessa aprender. Centra-se no professor e nos conteúdos. Ao contrário, a Escola Cultural quer relevar as aprendizagens e o seu significado para cada aluno. Considera que o acto de ensinar e de aprender, pese embora se passe na escola, não se deve cingir aos currículos oficiais e não deve ser leccionada de igual modo para todos os alunos. O aluno escolhe o que quer e como quer aprender, fazendo os possíveis para que as suas aprendizagens se tornem plenas de significado, mesmo que não constem dos currículos oficiais. A Escola Cultural não considera o aluno como um receptáculo de conhecimento já feito, mas impele-o a participar na sua construção. Ao contrário da escola unidimensional que só privilegia a dimensão cognitiva, a proposta da Escola Cultural considera no mesmo nível a cognição, a fruição, a criação, a difusão e a promoção da cultura. Numa visão cultural e pluralista, seguindo os princípios da filosofia personalista, o *verdadeiro*, o *belo*, e o *bom*, poderiam ser a sigla da Escola Cultural.

Temos que convir que pese embora os governos democráticos passem o tempo a apregoar que a escola actual é um espaço do exercício da liberdade do indivíduo, cada vez fazem assentar mais a sua actividade em currículos rígidos e em matérias diversas, contudo estéreis e pouco estimulantes para as crianças e os jovens que são obrigados a frequentá-las. Ao multiplicar a carga curricular inviabiliza, de maneira decisiva, a liberdade de escolha de cada indivíduo que a frequenta. O argumento dos governos democráticos e do seu modelo centralista da escola é que esta é boa porque garante um futuro melhor àqueles que a frequentarem até mais tarde. Ou seja, mantém a sua razão de ser na finalidade meramente mercantilista do seu ensino. Diz que se preocupa para que cada cidadão seja mais, mas incentiva-o apenas com a realização de graus de escolaridade maiores para que possa ter mais, para que se distinga dos seus próximos não por aquilo em que se tornou com a verdadeira ampliação da sua humanidade, mas sim com aquilo que ficou apto a realizar em termos económicos e respectivo bem estar material.

Quando a escola não era de massas e a burocratização não a tinha invadido, ainda havia da parte de quem ensinava e de quem aprendia a disponibilidade suficiente para o exercício de alguma liberdade de aprendizagem dita "extracurricular". Não contava para nada, mas dava um gozo inextinguível àqueles que partilhavam esses espaços. Não raras vezes era nessas actividades que os alunos se tornavam mais responsáveis para a realização dos objectivos curriculares.

O modelo pluridimensional da educação é uma ideia a perseguir num mundo cada vez mais burocratizado onde cada um tem tempo apenas para se tornar em especialista. Em detrimento da vida, desde o nascimento até à morte, somos convocados a tornarmo-nos especialistas em qualquer coisa para realmente nos esquecermos de nós mesmos.

O pensamento hegemónico tem sido responsável pelas maiores catástrofes da humanidade e a evolução dos povos ditos civilizados, assentes numa escola cada vez mais

longa e impessoal, transforma cada indivíduo no elo de uma engrenagem de produção e consumo que traduz por bem estar.

6. No nosso país o movimento da Escola Cultural e o seu principal entusiasta o professor Manuel Ferreira Patrício, têm vindo a alertar para os dilemas em que a escola oficial vai enredando cada indivíduo. Com o objectivo de consubstanciar esse ideário, desde 1990, com a periodicidade bianual, a AEPEC tem desenvolvido Colóquios para discutir os seus propósitos e apontar soluções válidas ao sistema rígido de educação e ensino que o Estado nos vem impondo. Como tivemos ocasião de ver, a sua preocupação recai sobre a totalidade da educação nacional e centra-se na cultura e nos valores, mostrando grande espírito de abertura à diversidade e à contradição.

Até hoje os Colóquios por si organizados, foram os seguintes: Iº Colóquio, 1990, Educação Pluridimensional e Escola Cultural; IIº Colóquio, 1992, A Escola Cultural e os Valores; IIIº Colóquio, 1994, Formar Professores para a Escola Cultural no Horizonte do Ano 2000; IVº Colóquio, 1996, Escola, Aprendizagem e Criatividade; Vº Colóquio, 1998, Globalização e Diversidade: a Escola Cultural, uma Resposta; VIº Colóquio, 2000; Educação e Formação profissional. As Perspectivas da Escola Cultural; VIIº Colóquio, 2002, Por Uma Escola sem Violência; VIIIº Colóquio, 2004, Didáctica da Escola Cultural. Caminhos para a Construção de Si e dos Saberes; IXº Colóquio, 2006, A Escola e seus Actores em Crise de Identidade; Xº Colóquio, 2009, Para Onde Vai a Educação em Portugal?

O trabalho produzido nos mesmos consta das Actas que se encontram publicadas, até ao sexto Congresso intitulado *Educação e Formação Profissional*. Dos seguintes, com certeza que essa produção se encontra reunida e conhecerá publicação.

Para além deste trabalho de conjunto a AEPEC tem editado outro material para difundir as suas ideias e conta com um sítio no mundo virtual.

Os objectivos que presidem à Escola Cultural continuam bem definidos e o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a difusão dos mesmos é uma realidade. O seu empenho resiste a ventos e marés mas os tempos que atravessamos com uma institucionalização total de todo o processo de ensino e aprendizagem têm vindo a impor obstáculos à sua acção difíceis de ultrapassar.

É extremamente custoso numa altura de democratização exacerbada da educação obrigatória, propor uma diversidade de tarefas aos alunos, mesmo que sejam de escolha totalmente livre. É que a preocupação, diríamos mesmo, a obsessão pelo currículo oficial, tem vindo a aumentar o tempo lectivo de frequência obrigatória que em grande parte os indivíduos nem apreciam, nem desejam. Exaustos de tanta inutilidade lectiva e com tempos exíguos para a prossecução das tarefas extra-curriculares, os alunos esmorecem as suas escolhas ao mais leve obstáculo.

A juntar a este cenário temos a classe dos professores cada vez mais burocratizada, totalmente dependente da ideia de ensino e educação que os governos têm como melhor e presa a um processo repetitivo e pouco criativo. Assim sendo, estão instaladas nas escolas portuguesas as condições ideais para desconsiderar as propostas da AEPEC.

A obrigatoriedade da escola tem aumentado as aprendizagens na exacta medida em que vem facilitando a sua aquisição, tornando os conteúdos meros instrumentos da ideologia dominante e apregoando um falso cosmopolitismo que apenas serve para desconsiderar definitivamente a realidade nacional a que a totalidade do sistema escolar deveria responder.

Não é fácil para o movimento da Escola Cultural continuar a combater o utilitarismo pragmático que se instalou no sistema escolar e implementar uma maior diversidade no essencial da sua organização, pois quanto à liberdade de escolha, a educação democrática parece tê-la cada vez mais.

Manuel Ferreira Patrício é, desde o início, coerente nas suas propostas. Continua a acreditar nelas e a pensar, tal como pensavam aqueles que com Leonardo Coimbra aprenderam ou conviveram, partilhando do seu ideário ou combatendo-o por vezes de forma radical, que todo e qualquer sistema de ensino e educação se deve dirigir a todos os cidadãos, obrigando-os a usar a maior liberdade possível durante o tempo em que decorre o processo de ensino e aprendizagem. Este sistema tem por obrigação incentivar o respeito absoluto pela pessoa humana e satisfazer todas as suas necessidades; sensitivas, motoras, cognitivas... não forçar ninguém a aprendizagens que não deseje e proporcionar o efectivo exercício da liberdade de ensinar e aprender de todos os indivíduos situados no seu espaço, no seu tempo e na sua história. Nem tudo vale o mesmo, nem todos os homens avaliam a realidade da mesma maneira. Há uma especificidade dos povos que mantém a sua identidade e tem que ser mantida custe o que custar.

O Estado português, como todos os Estados democráticos, tornaram a escola obrigatória para apenas divulgarem nos currículos oficiais aquilo que mais interessa à sua ideologia de circunstância. O cidadão universal que tentam formar, em caso algum pode ignorar as suas raízes e a especificidade do seu ser. Se assim for, mais cedo ou mais tarde, o logro será desfeito e cada indivíduo reivindicará com mais força aquilo que lhe pertence por essência e do qual o Estado, supostamente para o proteger, lhe ocultou. Como a história mostra a falta de identidade dos indivíduos e dos povos tem estado na origem das maiores barbáries que a humanidade tem conhecido.

As propostas do Movimento da Escola Cultural têm vindo a alertar a comunidade portuguesa para os impasses a que a educação oficial tem confinado os indivíduos em geral e os portugueses em particular. Tem feito e continua a fazer o seu trabalho. Mostram caminhos, mas não os impõem. Estão esperançados de que mais tarde ou mais cedo o seu trabalho tenha repercussões positivas na educação dos portugueses e no progresso de Portugal.

A nova Universidade de Évora estará por isso sempre ligada a este Movimento, porque aquele que de facto é o seu principal teórico fez dela a sua casa de ensino e a base que foi sustentando as suas intuições. A Centenária Instituição mostra com este exemplo que tendo os seus alicerces bem fundeados numa longa tradição, jamais recusou pensar a diferença e a divergência no sentido de melhorar a vida dos portugueses e a situação de Portugal.

#### BIBLIOGRAFIA

**de Manuel Ferreira Patrício (apenas a indispensável para este trabalho)**

- (1983). *Teoria da educação*. Évora.  
 (1984-85). *Figuras da pedagogia portuguesa contemporânea I e II*. Évora.  
 (1988). *A formação de professores à luz da Lei de Bases do Sistema Educativo*. Lisboa.  
 (1990). *A Escola Cultural: horizonte decisivo da Reforma Educativa*. Lisboa.  
 (1992). *A pedagogia de Leonardo Coimbra: teoria e prática*. Porto.  
 (1992). *A Escola Cultural e a reforma educativa*. Évora.  
 (1993). *Lições de axiologia educacional*. Lisboa.  
 (1993). *Anotações didácticas sobre a Educação Nova*. Évora.  
 (1996). “Pela construção de uma filosofia da educação no horizonte do universal concreto”, em *Revista Portuguesa de Filosofia*, 52. Braga, pp. 633-666.  
 (1997). *A Escola cultural e os valores* (organizador). Porto.  
 (1997). *Formar professores para a Escola Cultural no horizonte dos anos 2000* (organizador). Porto.  
 (2000). “Filosofia da Educação em Portugal no século XX”, em AA VV *História do pensamento filosófico português*, vol. V, tomo 2. Lisboa, pp. 71-134.  
 (2002). “O problema da educação na Renascença Portuguesa”, em AA. VV., *Actas do Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos*, vol. I. Lisboa, pp. 367-381.

<http://www.aepec.org>

#### sobre Manuel Ferreira Patrício

- FRANCO, José Eduardo (1999). “Patrício, Manuel Ferreira”, em *Brotar educação*. Lisboa, pp. 450-455.  
 DIAS, J. M. de Barros; SEBASTIÃO, Luís (org.) (2008). *Da Filosofia, Da Pedagogia, Da Escola: liber amicorum Manuel Ferreira Patrício*. Évora.

#### outra

- ANTUNES, Manuel (2005a). *Repensar Portugal*. Lisboa.  
 ANTUNES, Manuel (2005b). *Obra completa. Paideia: educação e sociedade*, tomo II. Lisboa.  
 SILVA, Agostinho da (2002). “A religião grega”, in *Estudos sobre cultura clássica*. Lisboa, pp. 111-188.